



“HISTÓRIA PARA OUVIR E SENTIR...”: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA DEFICIENTES VISUAIS

Caroline da Silva¹
Chaline de Souza²

Resumo

A comunicação tem por objetivo apresentar uma intervenção de Educação Patrimonial realizado no Núcleo de Pré-História e Arqueologia vinculado ao Laboratório de Cultura Material e Arqueologia da Universidade de Passo Fundo, aos alunos da Associação Passofundense de Cegos (APACE). Tendo em vista a inevitabilidade, ao longo dos anos, de políticas públicas que integrassem os portadores de algum tipo de necessidade especial à educação, fez-se necessário a criação de inúmeros projetos e metodologias capazes de acolher melhor esses sujeitos a mesma medida que os demais estudantes. Assim, objetivou-se a criação de mecanismos capazes de inserir a pessoa/aluno com deficiência visual no Ensino de História, através da Educação Patrimonial. A metodologia utilizada tomou como base: procedimentos que permitiram ao deficiente visual o reconhecimento do espaço onde a atividade seria desenvolvida; aspectos teóricos relacionados a Educação Inclusiva e Educação Patrimonial; avaliações dos sujeitos envolvidos nas atividades e dos mediadores da proposta. Por fim, cabe ressaltar que a atividade apresentou resultados positivos, não só aos membros da APACE, como também, com os propositores da atividade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva – História – Educação Patrimonial

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, na linha de pesquisa: Espaço, Economia e Sociedade. Graduada no Curso de História Licenciatura da Universidade de Passo Fundo, onde foi bolsista de Iniciação Científica - PIBIC/CNPQ. Atualmente faz parte do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR). Temática de pesquisa: História do Mundo Rural. Colaboradora/pesquisadora do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). E-mail: caroline.simionato@hotmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, na linha de pesquisa: Cultura e Patrimônio. Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (2013-2016). E-mail: chalinesouza@hotmail.com.



"HISTORY TO HEAR AND FEEL ...": HERITAGE EDUCATION FOR THE VISUALLY IMPAIRED

Abstract

The purpose of the communication is to present an intervention of Patrimonial Education accomplished in the Core of Pre-History and Archeology, linked to the Material Culture and Archeology Laboratory of the University of Passo Fundo, and to the Blind Association of Passo Fundo (APACE). Considering the inevitability, through the years, of public politics that integrates the people with any kind of disabilities with education, it is necessary to create various projects and methodologies capable of improve the acceptance of these people together with other students. Thus, it was aimed to create mechanisms capable of inserting the person/student with blindness into the Teaching of History, through Patrimonial Education. The methodology was based on: procedures that allow the visually impaired to recognize the space where the activity would be accomplished; theoretic aspects related to Inclusive Education and Patrimonial Education; evaluations of the individuals involved with the activities and the mediators of the proposal. Finally, it's worth mentioning that the activity presented positive results, not only to the members of APACE, but to the proposers of the activity as well.

Key words: *Inclusive Education - History - Patrimonial Education*

Introdução

A inevitabilidade, ao longo dos anos, de políticas públicas que integrassem os portadores de algum tipo de necessidade especial à educação, fez a criação de inúmeros projetos e metodologias capazes de acolher o portador a mesma medida que os demais estudantes. Porém, alguns destes projetos e ações mostraram-se, por vezes, ineficazes e inexistentes em algumas áreas do conhecimento. Para tanto, nossa discussão versará quanto a inclusão de portadores de deficiência visual nas aulas da disciplina de História por meio da Educação Patrimonial, afim de inserir esses indivíduos na perspectiva de um aprendizado histórico acerca de conceitos e práticas de Arqueologia.

De acordo com o Instituto Patrimonial e Artístico Nacional (IPHAN), a Educação Patrimonial é um instrumento que possibilita uma “alfabetização cultural”, onde o sujeito possa fazer a leitura do mundo ao seu entorno, e possa compreender a



estrutura sociocultural e os processos históricos-temporal do qual está inserido³. Porém, mesmo com tamanha diversidade de bens culturais que estão inseridas em nosso meio, a grande maioria fica distante dos sujeitos portadores de deficiência visual pela falta de acessibilidade.

Diante disso, é necessário a produção de metodologias que integrem aos circuitos culturais esses sujeitos, e é dever do Estado, planejamentos voltados a Educação Patrimonial para a população, visando a importância desses bens para história de determinada comunidade. A partir disso, buscamos através de uma oficina realizada no Laboratório de Cultura Material e Arqueologia da Universidade de Passo Fundo (LACUMA/UPF), a inserção de um grupo de deficientes visuais da Associação Passofundene de Cegos (APACE), no ambiente acadêmico do Curso de História.

A proposta metodológica, assim, visou a criação de um mecanismos para inserir a pessoa/aluno com deficiência visual no Ensino de História através da Educação Patrimonial; tencionando a estimulação da participação de deficientes visuais no processo de conhecimento das manifestações culturais locais, tendo em vista o incentivo a participação da Universidade de Passo Fundo através de seus vínculos naturais com a Educação Patrimonial no desenvolvimento de ações que se enquadram na linha programática da inclusão.

Educação Patrimonial: uma nova metodologia de inclusão

Um dos conceitos mais abrangentes sobre acessibilidade é dado pelo Decreto nº 5296/2004 que define em seu artigo 8º, inciso I, a acessibilidade como “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação ...” por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ainda no referido artigo, o inciso II, considera como barreira de

³ GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf> Acesso em 06 de outubro de 2017.



comunicação e informação quando as pessoas deficientes ou não deficientes tenham entraves para se comunicarem ou dificuldade de acesso à informação⁴.

Assim, encontramos na Educação Patrimonial um instrumento de ensino que viabilize as dificuldades enfrentadas por parte do deficiente visual, no âmbito do círculo escolar. A Educação Patrimonial, define-se como uma “possibilitadora” de uma educação cultural dos espaços, dos meios, das pessoas e suas crenças, uma forma de traduzir a sociedade as infinitas expressões culturais que se constituíram ao longo da história e que formaram a identidade de cada sujeito.

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na “necessidade do passado”, para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”⁵.

Dessa forma, foi por meio dela, que buscamos compartilhar um pouco de História com quem, pode apenas, ouvir e sentir. Na didática de ensino do deficiente visual, tem de se ao estímulo das experiências sensoriais, no caso o tato, concernentes à verbalidade. O conhecimento é alcançado através dos sentidos, e através do tato, consegue captar as informações que são processadas e significadas no cérebro.

O acesso que estes sujeitos tiveram a arqueologia e a cultura em si, é um direito constitucional que abarca os diferentes segmentos da sociedade, garantindo-lhes o acesso a toda e qualquer forma de arte, bem como, os locais onde ela permanece. Esses

⁴ SILVA, Terezinha de J. P. DA; SANTOS, Severino P. dos; PAASHAUS NETO, Augusto E. As contribuições das maquetes táteis na educação patrimonial dos museus. Fórum patrimônio: ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Belo Horizonte, v.9, n.2. Jul / Dez. 2016.

⁵ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. P.03



espaços, conseqüentemente, devem apresentar uma estrutura acessível e inclusa para que possa recebe-los.

A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde etc.) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida⁶.

Dito isso, vimos nos últimos anos, uma movimentação por parte das instituições de ensino em adaptar-se para atender e incluir pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, concomitantemente acontece uma nova reformulação de propostas pedagógicas que passem a ampliar os rumos da educação especial, que assegurem condições de acesso, participação e aprendizagem.

Figura 01 – Contato com as réplicas de cerâmica



Fonte: Acervo da autora.

⁶ SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p. 167-168



No Ensino de História, considerado por muitos, complexo e difícil, as metodologias voltadas para atender pessoas portadoras de deficiência visual são escassas, fazendo que, por vezes, pareça distante o ensino/aprendizado por parte deste grupo. Num ensino que valoriza muito o visual, é presente a falta de materiais adaptados para as capacidades dos alunos.

Porém, mesmo com este *défit* de materiais, existem outros recursos que favoreçam a acessibilidade destes. No caso em questão, métodos como a audiodescrição possibilitam a integração a espaços de cinemas, teatros, museus, entre outros “lugares de memória”, categoria usada por Pierre Nora, para explicar a tríplice acepção: *lugares materiais* (pode ser aprendida pelos sentidos), *lugares funcionais* (consolidar memórias coletivas) e *lugares simbólicos* (onde memória coletiva se manifesta e revela-se. Para a historiadora Ironita P. Machado,

A memória representa vida, sempre unindo grupos pelo sentimento de pertencimento; é aberta, diversa e em permanente dinâmica; quando sobre ela se exerce uma regulação, como o seu enquadramento numa escrita, tende à tradição, à reconstituição de um passado uniforme e sem lacunas. A história não é o absoluto, nem a sacralização e o uniforme; ao contrário, tendo a memória por objeto, ela a dessacraliza, desmistifica; é apenas representação do passado e o faz com crítica e reflexão, pois tem suporte de um aparato metodológico e orientação de uma problemática para a interpretação⁷.

E nesta busca de “unir grupos pelo sentimento de pertencimento”, é que buscamos através da Arqueologia a inserção deste grupo no ambiente acadêmico. Fazem sentir-se pertencentes a construção da sociedade e da história pela Educação Patrimonial, que segundo Lourdes Parreiras Horta,

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da

⁷ Machado, Ironita A. Policarpo. História e patrimônio: uma questão política. Revista Memória em Rede, v. 2, 2012, p. 07.



experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural” [...] “A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidencia material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou sitio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade de área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo industrial ou artesanal, tecnologia e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os Individuo e seu meio ambiente⁸.

Assim, fazer-se utilizar de tal metodologia para o Ensino de História para deficientes visuais, fará com que a partir do reconhecimento e interpretação de objetos e fenômenos culturais haja uma maior compreensão do mundo.

HISTÓRIA OUVIDA E SENTIDA

Diante da atual demanda da sociedade, em incluir em seus espaços e em seus meios, sujeitos portadores de algum tipo de necessidade especial e a dificuldades que alguns meios encontram para tal, buscamos elaborar uma metodologia de inserção da pessoa deficiente visual no Ensino de História, levando em consideração as poucas metodologias existentes para inserção nesta disciplina.

A oficina foi realizada no prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) /Prédio B4, da Universidade de Passo Fundo (UPF), onde se localiza o Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA) e o Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NUPHA).

⁸ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. P. 06.



O Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NuPHA) possui formação multidisciplinar, congregando arqueólogos, historiadores, antropólogos de instituições nacionais e internacionais (Argentina, Venezuela e Uruguai). As linhas de investigação do Núcleo abrangem os seguintes temas: Pré-História do Planalto Meridional; Arqueologia missioneira; Educação patrimonial e difusão do conhecimento arqueológico; Arqueologia dos povos e comunidades tradicionais; Fronteiras e contato cultural interétnico na pré-história; Arqueologia histórica; Arqueologia forense; Patrimônio cultural, identidade e território; Pesquisa e curadoria de acervos arqueológicos; Estudos e guarda de acervos arqueológicos; Multidisciplinaridade: Arqueologia, Artes e Cultura⁹.

A oficina foi realizada em três etapas: a primeira se deu através de uma pesquisa quanto temáticas envolvendo Educação Patrimonial, Arqueologia e Educação Inclusiva (políticas) que foram norteadoras para a elaboração do projeto da oficina. Nesse momento, fora-se realizado contato com o Setor de Atendimento ao Estudante (SAES), que nos possibilitou a orientação para melhor executarmos a atividade, já que este é “um espaço de acolhimento, escuta e mediação aos alunos, com o propósito de tornar acessíveis os recursos e espaços da Universidade de Passo Fundo aos alunos com algum tipo de deficiência ou com qualquer outra necessidade¹⁰. Após isso, contatamos a coordenadora do LACUMA a Profa. Dra. Jacqueline Ahlert, onde nos auxiliou quanto ao uso do laboratório e a atividade. O segundo momento, após a elaboração do projeto, foi realização de uma visita a APACE onde fora-se feito o convite para participarem de nossa atividade. De imediato, tivemos o aceite da entidade e os contatos que se seguiram até o dia da execução da oficina se deram em função da quantidade e faixa etária dos alunos. A terceira e última etapa, fez-se da execução da oficina.

⁹ **NÚCLEO DE PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA – NUPHA.** Disponível em < <http://www.upf.br/ppgh/laboratorios/nucleo-de-pre-historia-e-arqueologia---nupha>> Acesso em 20 de outubro de 2017.

¹⁰ **SETOR DE ATENÇÃO AO ESTUDANTE – SAES.** Disponível em < <http://www.upf.br/a-universidade/vice-reitoria-de-graduacao/estrutura-organizacional/setor-de-atencao-ao-estudante-saes>> Acesso em 20 de outubro de 2017.



Inicialmente, no dia da oficina, preparamos um trabalho de organização do espaço, para que houvesse uma melhor acessibilidade aos participantes. O grupo de alunos era composto por 04 alunos de faixa etária entre 30 e 60 anos. Estes se deslocaram de forma independente até a universidade através dos coletivos urbanos do município de Passo Fundo, e nós, fomos recebe-los na parada de ônibus mais próxima ao prédio. Durante o trajeto, da parada ao prédio, fomos descrevendo o espaço, para que eles conseguissem imaginar o ambiente, e chegando ao IFCH contextualizamos um pouco da história do local e que cursos fazem parte daquele prédio (Filosofia, Letras, História, Psicologia e Secretariado Executivo).

Em seguida, guiamos o grupo até uma sala de aula localizada ao lado do LACUMA, onde passamos a apresentar nossa atividade. Nesta sala, dialogamos sobre as funções no historiador e do arqueólogo e exibimos um documentário, produzido por Emilio Caio Ferasso, Marcus Vinicius Carvalho Pinto, Leonardo Moreira, Tiago Moreira, Ana Luiza Koehler e Silvia Cope, através da AbsolutA Filmes e LTM Vídeo que, foi premiado através do edital da Petrobras e da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), intitulado “ 12.000 anos de história – Arqueologia e Pré-História do Rio Grande do Sul”. O documentário possui uma linguagem acessível rica em detalhes, que possibilita ao deficiente visual uma compreensão a respeito da origem dos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul.



Figura 02 - Exibição do documentário “ 12.000 anos de história – Arqueologia e Pré-História do Rio Grande do Sul”.



Fonte: Acervo da autora.

No segundo momento, os alunos foram conduzidos ao laboratório, onde o espaço físico foi descrito e onde puderam tocar em réplicas de artefatos para compreenderem o que havíamos aludido até o momento.

[...] artefatos são considerados fonte de informação do comportamento de grupos que os utilizaram pela recuperação desses dados, descrever e entender os comportamentos humanos no passado, já que cada atributo observado nos artefatos equivale a uma expressão fóssil de uma ação ou conjunto de ações, que acaba por expor determinada forma de comportamento, o que leva a considerar um sistema cultural em que há a transferência da informação de condutas, crenças, valores e modos de fazer. Assim, o conjunto de objetos recuperados pelo arqueólogo, parte da cultura material, é um segmento significativo de um sistema cultural mais amplo¹¹.

¹¹ AZEVEDO NETTO, C. X. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. Ciência da Informação (Impresso), v. 37, 2008. p.07-08.



Ali também, narramos como os artefatos vem dos campos de escavação e como é feita a higienização e catalogação dos materiais. Entregamos nas mãos dos alunos os materiais que são utilizados para a limpeza do material (escovas, bacias, etc.), e propusemos que eles pudessem fazer a higienização de algumas réplicas.

[...] quando apreendemos algo, através de uma experiência sensível, estamos de certa forma realizando certo conjunto de operações correlatas que implicam diferentes níveis perceptivos e graus de interação/relação com o objeto apreendido. O tocar, assim como o olhar, é um ato mecânico, contudo, o modo como é apreendido envolve certo conjunto de sensações de modo que, diferentemente do olhar em que o que se guarda é a imagem, o visto, quando tocamos, o que se guarda é a sensação. Ou seja, uma abstração reflexionante daquilo que experienciamos, de modo que esse registro torna-se único e irreprodutível, impossível de descrever¹².

Fora-se entregue luvas e escovas e os mesmos deram início a higienização, preocupados em deixa-las sem vestígio algum de sujeira. Para a higienização das cerâmicas históricas “reais”, o processo se dá por meio da lavagem da superfície dos fragmentos, onde são utilizadas escovas ou pincéis. As escovas devem possuir cerdas macias e na higienização das laterais das cerâmicas pode ser utilizado escovas de dente.

¹² MEIRELLES, M.; PEDDE, Valdir. Ver, tocar, preservar: pensando a noção de patrimônio a partir de sua tangibilidade. Estudos de Sociologia, v. 1, 2014.



Figura 03- Higienização das réplicas de cerâmica.



Fonte: Acervo da autora

Na ocasião, só dispusemos réplicas de cerâmicas, mas é possível ainda a higienização, no caso da arqueologia de muitos outros elementos encontrados (ossos, vidros, metais, etc.) e que suas limpezas preveem outros métodos.

Por final, a atividade propôs a confecção de uma réplica de vasilha de argila aos nossos participantes da atividade. No Rio Grande do Sul, por exemplo, “a produção das vasilhas cerâmicas por grupos culturais atesta ocupações humanas no interior, antes da chegada do imigrante europeu e criam-se hipóteses sobre as práticas de vivência dessas ocupações¹³.”

A cerâmica corresponde ao reflexo do comportamento social do grupo que as produziu, sendo, inclusive, uma delimitadora funcional na medida em que são as mulheres que as produzem. Produção e utilização do vasilhame ligam-se diretamente às atividades alimentares, necessidade básica de sobrevivência, envolvendo e entrelaçando os indivíduos do grupo em seu convívio social. Em um universo mitológico, a cerâmica demanda uma forte carga representativa, pois

¹³ Machado, N. T. G.; Schneider, F.; MACHADO, N.T.G. Análise parcial sobre a cerâmica arqueológica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. Cerâmica, v. 54, 2008.p. 103



os cerimoniais e rituais que fortalecem a unidade mítica entre os indivíduos são mesclados por artefatos específicos de cerâmica¹⁴

Assim, durante o processo de fabricação da vasilha em argila, pudemos contextualizar para eles qual era/é a importância de tal cerâmica. Esse foi um dos momentos mais alegres da atividade, uma mistura de alegrias em fazer a vasilha e preocupação em não as quebrar na metade do processo. E foi segurando a mão de cada um dos nossos alunos da atividade, que fomos moldando as vasilhas.

Figura 04- Confeção das réplicas de vasilhas com argila.



Fonte: Acervo da autora.

Os resultados nos mostraram que não poder ver só significou uma coisa: não poderem ver o resultado final maravilhoso de suas vasilhas. A cada toque, a cada expressão de atenção ao que falávamos pode fazer da Educação Patrimonial um

¹⁴ Ibid., 2008, p. 103



caminho para estes sujeitos conhecerem um pouco da História e dos vestígios que ao longo do tempo vão sendo encontrados e estudados pela Arqueologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir disto, consideramos que a Educação Patrimonial é uma metodologia de ensino, no caso apresentado, do Ensino de História capaz de incluir pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Isso fica claro dado exposto acima, onde através dela e da Arqueologia foi possível criar uma atividade voltada a História, onde tivemos por público alvo deficientes visuais, onde estes puderam aprender de uma outra forma tal ensino: ouvindo-a e sentindo-a.

Criar tal método, dentro de um campo onde metodologias inclusivas são tênues, foi libertador ao tempo que foi gratificante e desafiadora. A experiência teórica se deu através da disciplina de Educação Inclusiva, ofertada pela universidade a curso de licenciaturas, porém a disciplina de dois créditos, fica insuficiente diante as tantas dúvidas dos futuros educadores. Mesmo que mediando o ensino contamos com professores capacitados, a experiência prática é totalmente diferente a teórica.

Em nossa atividade, garantimos não somente a consolidação do aprendido, mas também a importância de compartilhar tal experiência para que demais grupos possam projetar tantas outras atividades atendendo a inclusão social no ambiente acadêmico.



REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AZEVEDO NETTO, C. X. **Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação**. Ciência da Informação (Impresso), v. 37, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

Machado, Ironita A. Policarpo. **História e patrimônio: uma questão política**. Revista Memória em Rede, v. 2, p. 11-25, 2012.

Machado, N. T. G.; Schneider, F.; MACHADO, N.T.G. **Análise parcial sobre a cerâmica arqueológica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul**. Cerâmica, v. 54, 2008.

MEIRELLES, M.; PEDDE, Valdir. **Ver, tocar, preservar: pensando a noção de patrimônio a partir de sua tangibilidade**. Estudos de Sociologia, v. 1, p. 1-20, 2014.

NÚCLEO DE PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA – NUPHA. Disponível em <<http://www.upf.br/ppgh/laboratorios/nucleo-de-pre-historia-e-arqueologia---nupha>> Acesso em 20 de outubro de 2017.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p. 167-168.

SETOR DE ATENÇÃO AO ESTUDANTE – SAES. Disponível em <<http://www.upf.br/a-universidade/vice-reitoria-de-graduacao/estrutura-organizacional/setor-de-atencao-ao-estudante-saes>> Acesso em 20 de outubro de 2017.

SILVA, Terezinha de J. P. DA; SANTOS, Severino P. dos ; PAASHAUS NETO, Augusto E. **As contribuições das maquetes táteis na educação patrimonial dos museus**. Fórum patrimônio: ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Belo Horizonte, v.9, n.2. Jul / Dez. 2016.